



ACÓRDÃO Nº757/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11756/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Junta Comercial do Estado do Amazonas – Jucea.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Maria de Jesus Lins Guimarães (Ordenador de Despesa), Ênio Luiz Ferrarini (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4784/2021-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Junta Comercial do Estado do Amazonas - Jucea. Exercício de 2020.

Regularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência. Representação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Ênio Luiz Ferrarini**, Presidente e Ordenador de Despesas da Junta Comercial do Estado do Amazonas – Jucea, exercício 2020, no período de 01/01/2020 a 10/06/2020;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** as contas da **Sra. Maria de Jesus Lins Guimarães**, Presidente e Ordenadora de Despesas da Junta Comercial do Estado do Amazonas – Jucea, exercício 2020, no período de 11/06/2020 a 21/12/2020, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão da dispensa ilegal de licitação, no valor de R\$ 633.143,00, vez que os requisitos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, não foram observados;



ACÓRDÃO Nº757/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Aplicar Multa à Sra. Maria de Jesus Lins Guimarães no valor de **R\$5.000,00 (cinco mil reais)**, nos termos do art. 54, inciso VII, da LO-TCE/AM, em razão da realização de dispensa ilegal de licitação, no valor de R\$633.143,00, vez que os requisitos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, não foram observados e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Dar ciência deste *Decisum* ao **Sr. Ênio Luiz Ferrarini** e à **Sra. Maria de Jesus Lins Guimarães**, gestores da Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA;

10.5. Representar ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de maio de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº757/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral